

**OS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA NO
ENSINO SUPERIOR DE
ESTUDANTES INDÍGENAS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

The challenges for the permanence in Higher
Education of indigenous students at the Federal
University of Tocantins

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem^()*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo descrever e analisar os desafios referentes ao acesso e à permanência de jovens indígenas da etnia Xerente no Ensino Superior no Estado do Tocantins. A presença deles na Educação Superior é emblemática e provoca muitas reflexões. Uma delas é a de evidenciar e, ao mesmo tempo, tentar superar a preconceituosa ideia de que os indígenas são apenas aqueles residentes em aldeias no meio da floresta, conforme ditam os meios de comunicação em massa e ainda os livros didáticos (Baniwa, 2010). A presença dos estudantes indígenas revela a possibilidade de afirmação de sua atuação enquanto sujeitos históricos, epistêmicos e políticos, daí, sua dimensão afirmativa, sendo esta caracterizada, fundamentalmente, numa perspectiva étnico-comunitária (Amaral, 2010). A pesquisa de campo consistiu na realização de entrevistas com jovens da etnia Xerente que estão cursando na Universidade Federal do Tocantins. Nota-se que, apesar de todas as dificuldades por eles enfrentadas, o estudo é motivo de orgulho para eles e para as comunidades indígenas.

Palavras –chave: Ensino Superior. Estudantes. Indígenas. Permanência.

Abstract

This paper aims to describe and analyze the challenges related to the access and permanence of Xerente indigenous youths in Higher Education in the State of Tocantins. Their presence is emblematic and causes many reflections. One of them is to highlight and at the same time try to overcome the prejudiced idea that the natives are only those who live in forests, according to mass media and textbooks (Baniwa, 2010). The presence of indigenous students reveals the possibility of affirming their performance as historical, epistemic and political subjects, hence their affirmative dimension, which is fundamentally characterized from an ethnic-communitarian perspective (Amaral, 2010). The field research is based in interviews with young people of the Xerente ethnic group who are attending Higher Education at the Federal University of Tocantins. It is noted that despite all the difficulties they face, the study is a source of pride for them and the indigenous communities.

Keywords: Higher Education. Students. Indigenous. Permanence.

^(*)Doutora em Educação pela UnB. Professora Adjunto 1 da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: msfsantos@uft.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Qualquer estudante que almeje ingressar no mercado de trabalho a sua trajetória encontra-se vinculada ao ingresso no Ensino Superior. No caso do estudante indígena, este caminho poderia parecer simples, em um primeiro momento, em razão do novo paradigma da educação indígena que privilegia a diversidade cultural. Entretanto, à medida que os indígenas avançam em direção à consecução dos seus próprios projetos de conquista esbarram no ingresso na educação de nível superior e a permanência nas universidades. Essa é uma realidade presente também no contexto acadêmico de Tocantins, apesar de suas fragilidades.

Assim, estar no Ensino Superior é um sonho de muitos indígenas isto requer força de vontade e determinação para não desistir perante as dificuldades. Ao mesmo tempo em que estão se preparando para a autodefesa e a afirmação dos seus direitos na sociedade contemporânea, estão deixando de ser meros objetos de curiosidade intelectual para se transformarem em beneficiários e coparticipantes da soma de conhecimentos que, sobre eles, acumulou a sociedade nacional.

A presença dos estudantes indígenas no ensino superior revela a possibilidade de afirmação de sua atuação enquanto sujeitos históricos, epistêmicos e políticos, daí sua dimensão afirmativa, sendo esta caracterizada, fundamentalmente, numa perspectiva étnico-comunitária (Amaral, 2010).

Em decorrência dos processos de escolarização conquistados nas duas últimas décadas pelas sociedades indígenas no Brasil, o Ensino Superior público vem se tornando, muito recentemente, uma das pautas reivindicatórias do movimento indígena em nível nacional. A universidade, como potencial e institucional espaço de produção e socialização do conhecimento acadêmico-científico e da constituição da inteligência nacional, torna-se alvo de direito e lugar a ser alcançado e ocupado pelos povos indígenas como sujeitos históricos e epistêmicos.

Não obstante, a presença de estudantes indígenas nas universidades públicas oportuniza ainda mais a manifestação das contradições, dos paradoxos e das incoerências que nela residem e a constituem, fundamentalmente, a partir das estratégias de ingresso e de permanência desses sujeitos no ambiente universitário. É nele que passam a se constituir e identificar como estudantes indígenas universitários – categoria emblemática, uma vez que se forja a partir de relações sociais marcadas por interações, intercâmbios, resistências, resiliências, ocultamentos, negações e afirmações.

A aprovação da Resolução CONSEPE-UFT3A/2004 que implanta o sistema de cotas para estudantes indígenas no vestibular da Universidade Federal do Tocantins – UFT, trouxe esperanças quanto a obrigatoriedade do ingresso de 5% em todos os cursos de estudantes indígenas. Desde então, mais de 700 estudantes entraram na universidade, nos diversos cursos que a UFT oferece.

No entanto, na prática, o maior acesso às universidades pelos povos indígenas tocaninenses trouxe à tona, desafios e dificuldades com que se defrontam essas Instituições de Ensino, bem como a falta de programas consistentes de acompanhamento pedagógico aos estudantes indígenas.

Apesar de atualmente o número de estudantes indígenas que entram na Universidade Federal do Tocantins através das cotas ser pequeno, nos Câmpus de Palmas, Porto Nacional e Miracema do Tocantins tem-se um total atualmente de 64 estudantes indígenas da etnia Xerente matriculados nos diversos cursos de graduação.

A população indígena no Estado do Tocantins atualmente é formada pelos seguintes povos: Karajá, Karajá de Xambioá, Javaé, Krahô, Krahô – Kanela, Xerente. Segundo dados do IBGE de 2010, o Estado do Tocantins tem aproximadamente 10 mil indígenas. Essas populações são originárias, ou seja, sua presença no Tocantins remonta a momentos anteriores ao processo de ocupação não indígena. Além dos já citados, o Estado também apresenta contingentes populacionais dos povos Guarani, que vivem entre os Karajá de Xambioá, Funiô, residentes no norte da Terra Indígena Apinajé, além de famílias Pakararu, Tuxa e Atikun, originárias do nordeste brasileiro, que no Tocantins vivem em áreas urbanas de distintos municípios.

O Tocantins é um estado marcado pela diversidade étnica, com oito povos indígenas e várias comunidades remanescentes de quilombos. A relação destes povos com a sociedade envolvente foi e é marcada pelo conflito, como podemos ver nas referências históricas e nas representações presentes no processo de criação do Estado. Os argumentos apresentados pelo movimento autonomista, que defendeu e articulou essa criação, centravam-se nas profundas diferenças econômicas e identitárias que marcavam as regiões Norte e Sul de Goiás. Os defensores do Tocantins apresentavam a condição de atraso a ser superada, condição essa associada às populações que ocupavam a região: indígenas, sertanejos e negros e também ao abandono por parte do estado, mais na região sul. A figura abaixo, apresenta a localização dos povos indígenas presentes no Estado do Tocantins.

Esse movimento, que aponta um crescente e acelerado processo de escolarização em Terras Indígenas, também faz surgir no horizonte o ensino superior como direito, tema central do presente trabalho, fundamentado num projeto de pesquisa que, entre outros objetivos visou compreender e subsidiar espaços e processos que envolvem a educação indígena e os saberes ameríndios na universidade, especialmente considerando a presença de estudantes indígenas na graduação.

Em complemento, também nos anos 2000, iniciou-se uma nova discussão referente às políticas públicas direcionadas ao ensino superior para os povos indígenas. Essa discussão ocorreu por ocasião da comemoração dos 500 anos da presença, colonização, exploração e expropriação dos seus territórios tradicionais por não indígenas. Para Angneset al. (2014) os trabalhos de Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2007) enfatizam, que o ensino superior para os povos indígenas, divide-se em duas vertentes diferentes, mas historicamente entrelaçadas, que tem sido percebida de modo separado e que, todavia, confluem na busca dos povos indígenas por uma formação no ensino superior.

Nesse sentido, Oliveira(1998) ressalta que a formação de ensino superior é devido a necessidade de se ter profissionais indígenas graduados nos saberes científicos veiculados pelas universidades, capazes de articular, quando cabível, esses saberes e os conhecimentos tradicionais de seus povos, pondo-se à frente da resolução de necessidades surgidas com o processo contemporâneo de territorialização a que estão submetidos e, que culminou nas demarcações de terras para as coletividades. (p.34,35).

Neste cenário, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi pioneira entre as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) ao estabelecer uma política de cotas específicas. No início em 2004, foi ofertado no vestibular 5% (cinco por cento) de reserva de vagas para cada curso, observando um patamar mínimo de corte de 30% (trinta por cento), igual ao dos não-indígenas.

Atualmente, a Universidade Federal do Tocantins trabalha com três modalidades de ingresso: Ampla concorrência, Ações afirmativas e Sistema de cotas para escolas públicas, onde os estudantes indígenas são identificados através de autodeclaração no

regiões, mesmo que com diferenças acentuadas: na região norte se concentra 37,4 % da população indígena e, em contrapartida, na região sul há 9,2% apenas, embora distribuída em todos os estados. Outro dado mostra que no estado de Roraima, indígenas representam 11% da população e no Rio Grande do Sul 0.3%, comprovando uma distribuição diferenciada, decorrente de processos históricos também distintos (<http://indigenas.ibge.gov.br/>).

momento da inscrição no SISU e matrícula na universidade. Desde então, já passaram pela universidade mais de 500 estudantes indígenas.

Pensando na permanência dos estudantes indígenas na universidade, a UFT conta atualmente com o Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI), que tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas ao meio acadêmico, auxiliando-os quanto ao entendimento das atividades propostas. Busca, assim, sanar dificuldades de compreensão e de linguagens relacionados aos conteúdos abordados, tanto no ensino como na pesquisa e na extensão, contribuindo para a sua permanência na universidade e seu sucesso acadêmico. O Programa Institucional de Monitoria Indígena constitui-se de dois tipos de monitores: remunerado e não remunerado. Ao aluno remunerado, o programa oferece uma bolsa no valor de R\$ 400,00. Os alunos monitores são estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFT que podem ser indígenas ou não, que tiveram bom desempenho acadêmico durante o semestre anterior e já cursaram a disciplina objeto da monitoria. As disciplinas escolhidas são aquelas que apresentam maior índice de reprovação no semestre anterior.

O Grupo de Trabalho Indígena (GTI) propõe discussões sobre a permanência dos alunos indígenas e a realização de ações de melhoria da qualidade de vida e da educação desses povos. Atualmente o GTI é formado por um colegiado de professores e alunos indígenas representantes dos campus e de núcleos da UFT.

O Programa Bolsa Permanência busca contribuir de forma profícua com a permanência do acadêmico, comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade, minimizando suas dificuldades de ordem financeira com o auxílio à alimentação e moradia.

Também está sendo implantado o Programa Dialógico de Acesso Indígena e Quilombola, que é um programa da Universidade Federal do Tocantins. Isso porque a universidade percebeu que muitos alunos indígenas entravam na Universidade sem compreender o que era o curso escolhido, gerando muitas mudanças. O programa pretende mostrar a esses estudantes como são os campos de atuação de cada profissão e o que será estudado, buscando diminuir o problema.

Uma problemática recorrente na universidade Federal do Tocantins é a evasão e a reprovação dos estudantes indígenas. Este fato pode estar relacionado à falta de efetividade e eficiência das políticas de permanência por parte da referida instituição. No entanto, acredita-se que as dificuldades de permanência indígena no Ensino Superior, envolvem também uma trajetória que passa por outras questões que não sejam apenas

estruturais, mas de ordem psicossocial desses estudantes, e, que devem ser investigadas para que se possam compreender os fenômenos sociais e culturais implícitos neste processo de inclusão e ações afirmativas.

3 PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE: o que dizem os estudantes indígenas?

Para o desenvolvimento da pesquisa lançamos mão da metodologia qualitativa que trabalha com um universo de significados, crenças, valores e atitudes, “[...] envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (BOGDAN e BIKLEN, 1982 *apud* ANDRÉ, 1986, p. 13).

Essa pesquisa é um recorte inicial de uma investigação de doutoramento. Foram entrevistados 10 estudantes indígenas dos campus de Palmas e Miracema e Porto Nacional, dos cursos de Pedagogia, Letras e Serviço Social da etnia xerente.

A realização desta pesquisa adotou como pressuposto a necessidade de saber transitar na esfera dos saberes tradicionais e científicos, de forma que pudesse apresentar para a Universidade Federal do Tocantins um panorama sobre a permanência e desistência dos estudantes indígenas que optam por esta universidade.

Assim, as questões delimitada para este estudo foram: Quais os fatores que dificultam/dificultaram a permanência dos estudantes indígenas na universidade? O que a universidade tem feito diante dessas dificuldades? A universidade é importante? Estar cursando um curso superior mudou sua relação com a sua comunidade?

Desta forma, o objetivo visou analisar questões que dificultam/dificultaram a permanência dos estudantes indígenas na Universidade Federal do Tocantins - UFT. Cabe destacar, que o estudo realizado se configura qualitativamente a partir da perspectiva dos indígenas que estão cursando o ensino superior na UFT, mais especificamente os alunos indígenas da etnia xerente em virtude de nos três campus da UFT, no qual a pesquisa está sendo desenvolvida, serem em maior número.

Os depoimentos destes estudantes evidenciam a necessidade de se refletir não somente em relação ao acesso, mas principalmente no que diz respeito à permanência no universo acadêmico, situação mais desafiadora, visto que muitas vezes é um ambiente estranho mesmo àqueles que não são indígenas. A afirmação de um dos

estudantes do Curso de Pedagogia do Campus de Miracema do Tocantins mostra seu entendimento sobre a educação escolar de uma forma geral:

A educação escolar não é pensada para os pobres, ela não é pensada para as culturas que existem no planeta. É uma coisa que foi imposta para aprender mais. Não é pensada assim para equilibrar o povo do planeta, a humanidade, é pensada numa política para economia, para uma meia dúzia. Isso foi pensado assim, na história da educação.

Em recente estudo, Catafesto de Souza (2013, p. 120) detalha alguns fatores que precisam ser superados para realmente a universidade acolher as diferenças, como por exemplo, superar a centralidade da erudição abstrata, o etnocentrismo e o próprio racismo. A polifonia que estudantes indígenas poderão construir na universidade é sinônimo de qualidade, diz o antropólogo, “reconhecendo a legitimidade contemporânea das alteridades originárias e contribuindo para a construção de simetrias acadêmicas”.

Quando indagados sobre as principais dificuldades encontradas na universidade/curso/Câmpus, as respostas foram as seguintes:

Dificuldades relacionadas ao preconceito, sobretudo a não aceitação do ser indígena que infelizmente ainda existe até mesmo nas universidades (estudante de graduação em Pedagogia).

A maior dificuldade que nós acadêmicos indígenas enfrentamos é na assistência estudantil, programas sociais oferecidos para a permanência, para nós não é suficiente, muitos de nós trancamos ou abandonamos o curso por motivo financeiro. Isso tem dificultado nas participações das aulas, e o benefício que recebemos não soluciona os problema,(estudante de graduação em Letras).

A maior dificuldade é sobre o ensino e a aprendizagem; existem casos de professores que não têm conhecimento sobre a cultura e identidade e expõem as diretrizes da cidade sematendimento diferenciado. Temos os mesmos tratamentos no ensino na sala de aula, sendo que em reuniões e palestras relacionados sobre as questões indígenas são abordados o ensino e aprendizagem para estabelecer um ensino mais viável a nós indígenas mas somos tratados com outros dentro da sala; programas como monitoria são realizados a nós, mas não é suficiente, e tem vez que a monitoria não consegue ajudar ou a nos preparar para um seminário, e tem uns que não se interagem, e a dificuldade maior no contexto geral, é questão da linguagem. A dificuldade imensa nessa questão de usar a segunda língua que não seja a nossa para apresentação de seminários, reuniões ou debates. Precisamos ter uma atendimento específico e diferenciado nessa questão. Talvez desenvolver um projeto de incentivo ao domínio da língua portuguesa, ou uma formação de ensino da linguagem (estudante de graduação em Letras).

Dificuldade de integração social local, a distância dos ensinamentos dos professores com a nossa cultura, a pressão sofrida de algum modo com as nossas crenças, língua, modos de vida (estudante do Curso de Serviço Social).

A bolsa permanência não atende de forma satisfatória o indígena (estudante de Pedagogia).

O indígena não ocupa os espaços da universidade (estudante de Pedagogia).

Sabe se que a participação de indígenas na escola/universidade é advindo da Constituição de 1988, ou seja, bastante recente. No entanto, como mostram os depoimentos acima, a universidade não está preparada nem administrativamente e tampouco pedagogicamente para trabalhar com as diferenças de saberes culturais de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, sertanejos entre outros povos. Quando a estudante de pedagogia diz que os indígenas não ocupam os espaços da universidade, a mesma aponta que existe uma invisibilidade por parte da instituição quanto aos estudantes indígenas.

Os programas institucionais realizados pela universidade tem contribuído para a permanência dos estudantes indígenas. No entanto, as ações propostas nesses programas não tem atacado de forma incisiva no preconceito e nas deficiências de conteúdos - uma vez que os estudantes, e nesse caso os indígenas, adentram à universidade com inúmeras dificuldades em conteúdos básicos ao ensino superior.

É possível dizer que o PIMI é um programa que vem dando certo, principalmente, quanto ao acesso dos estudantes indígenas aos conhecimentos científicos repassados na academia. Porém, em sua grande maioria, quem atua como monitor são estudantes não indígenas, que possuem as mesmas dificuldades que os professores têm demonstrado na transmissão dos conteúdos escolares para os estudantes indígenas.

Quando indagados sobre o que a universidade tem feito para dirimir essas dificuldades, as respostas demonstram que apesar dos esforços tanto da universidade quanto dos alunos indígenas para permanência, ainda são incipientes, visto que o número de evasão e reprovação continua crescente.

A universidade precisa continuar abrindo as portas para os estudantes indígenas através do acesso e da permanência, no entanto, é preciso que estudantes indígenas estejam preparados para tais desafios e encarar o preconceito que a cada dia o Brasil tem se apresentado no Brasil e na Universidade (estudante de graduação em Pedagogia).

Recentemente estamos lutando para melhorar a nossa permanência na Universidade, sem índices de trancamento e abandono de curso por meio de

Forúm Indígena que tem a possibilidade de discutir questões como assistência e incentivo e o que fazer para melhorar a nossa permanência, criar ideias voltadas para as comunidades indígenas, pesquisa e extensão e outros, são esse assuntos que se discutem no Forúm (estudante de graduação em Letras).

A universidade tem se mostrado aberta para o diálogo. Mas precisamos avançar buscando meios para superar essas dificuldades. Por exemplo, com mais monitoria com alunos graduados para atender os alunos em graduação (estudante do curso de Serviço Social).

Quanto à importância da universidade, todos os respondentes afirmaram que no mundo contemporâneo a escolarização tornou-se necessária para enfrentar os desafios postos aos povos tradicionais e que a universidade necessita voltar suas ações para os problemas vividos pelas comunidades indígenas quanto adentram ao ensino superior.

Porque é uma porta aberta para o estreitamento do diálogo na luta contra o preconceito e divulgação da cultura dos povos indígenas para a sociedade envolvente. Sem dúvida a universidade é um elemento fundamental para o nosso conhecimento sobre a visão de mundo, conheceu a universalização da sociedade que nos cerca. A universidade contribui para o nosso crescimento no ensino e aprendizagem, de como a sociedade se organiza, e como pensamos sobre o nosso mundo e é nesse sentido que a universidade é importante porque é dentro dela que nos transformamos e nos preparamos para situações da vida; para assim contribuir da melhor forma para um mundo melhor (estudante de graduação em Letras).

A universidade é importante para nós, pois é uma maneira de nós nos defendermos e sermos reconhecidos (estudante de graduação em Serviço Social).

É importante porque traz conhecimento de vários tipos, esclarecimentos em relação aos direitos dos estudantes indígenas (estudante de graduação em Pedagogia).

A universidade abre portas para os horizontes da vida. Segundo porque a educação transforma qualquer sociedade do planeta para acompanhar os desafios e os avanços da nova “era mundial” com os avanços tecnológicos. Referindo a meu povo Xerente temos dado grande salto para diversas áreas sócio ocupacionais. Há vários índios com Ensino Médio e Nível Superior, isso com o papel importante da educação (estudante de graduação em Pedagogia).

Para Brand e Calderoni (2012, p.184) os saberes indígenas estão fora dos currículos das escolas. Isso porque são vistos como “diferentes, desiguais, exóticos e estranhos e que pouco tem a dizer ou aportar ao conhecimento legitimado como válido dentro das Universidades”.

Quando indagados sobre as mudanças entre eles e suas comunidades pelo motivo de estar na universidade, a grande maioria dos interlocutores da pesquisa foi unânime em dizer que houve mudanças em relação à convivência com suas comunidades devido a ter adquirido novas formas de pensar e de ver o mundo contemporâneo. Os depoimentos abaixo refletem isso:

Não. Mudou na questão de conhecimento, mas a minha relação com a comunidade continua a mesma; o respeito, o reconhecimento e quando tenho espaço ou alguma oportunidade, eu contribuo. O que eu aprendi na Universidade é sempre mostrando a nossa identidade cultural, como nos eventos, nas apresentações ou debates, colocamos a situação do nosso povo, trazemos a relação que temos com a comunidade para dentro da universidade (estudante de Letras).

Sim. Porque me proporcionou acesso a novos conhecimentos, me oportunizando contribuir com povos indígenas e conseqüentemente com o nosso Brasil no processo de ensino aprendizagem. Outro é uma nova ferramenta para continuar com a luta dos povos indígenas bem como a sobrevivência (estudante egressa da Pedagogia).

Sempre muda, adquirimos o conhecimento, tornando nós mais influenciados na vida oposta e na relação com objetivo mais individualistas. Mas persistimos em resistir para que pouco transforme a nossa relação com a nossa comunidade (estudante de serviço social).

A minha comunidade me vê com outro olhar. Claro por ser ensino superior, a comunidade acha que eu sou melhor. Mas não é assim. Explico para eles que é normal fazer curso superior e que eu estou fazendo esse curso pra poder contribuir futuramente com eles (estudante de Serviço Social).

Parece haver uma contradição entre os questionamentos referentes à importância da universidade para os povos indígenas e as mudanças que esse conhecimento provoca na vida dos estudantes em relação aos diálogos com suas comunidades. Ao mesmo tempo em que cursar na educação superior traz empoderamento para os povos indígenas, traz também desconforto para suas comunidades. Existem também relações de tensão e conflitos gerados na hora de incorporar os conhecimentos indígenas às instituições escolares, as quais se orientam pela lógica binária do pensamento ocidental (de base cartesiana). Isso porque algumas práticas existentes na UFT continuam tipificando os conhecimentos sob os esquemas binários – abstrato *versus* concreto, local *versus* universal - perpetuando a histórica exclusão do outro em nome do conhecimento científico universal. E isso tem feito com que os jovens indígenas não se sintam identificados com o que a universidade ensina a respeito de suas próprias culturas, o que

gera um distanciamento e a ideia de que eles não seriam portadores dos conhecimentos legítimos.

4 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

O direito dos povos indígenas a receber uma educação que considere suas línguas, culturas e sistemas de conhecimentos é, em termos de reconhecimento nos Estados nacionais da América Latina, muito recente. Apesar das políticas interculturais e dos movimentos indígenas que se ampararam em torno desses discursos e de outros, as formas de tratamento das diferenças ainda refletem um cenário desigual, de profundas injustiças sociais, culturais e políticas.

Nesse sentido, um dos desafios é vislumbrar as implicações de ordem pedagógica e de reconstrução do pedagógico, abarcadas pelas propostas emanadas de projetos sociais interculturais, diferentemente das que se incorporam enquanto metodologias e/ou técnicas para o trabalho em aulas intermulticulturais e com sujeitos marcados por sua diferença, geralmente olhada negativamente.

A presença dos estudantes indígenas na UFT repercute como forma de avaliação dos caminhos que a universidade pretende trilhar a partir das ações afirmativas, principalmente de seu quadro docente que se relaciona mais diretamente com esses alunos. Alguns desses professores, teoricamente valorizam a diversidade, mas em suas práticas acadêmicas as vezes atuam de forma padronizada, talvez deixando brotar traços de uma formação que historicamente buscou a homogeneização por meio da escola. No entanto, pequenas mudanças apontam possibilidades para as diferenças, onde não apenas os estudantes indígenas possam ser reconhecidos em suas especificidades socioculturais, mas cada pessoa, cada grupo, abrigados em um espaço comum de vida, em uma universidade aberta para a humanidade.

Assim, diante da permanente discriminação e exclusão, nesse caso dos povos indígenas - em diversos âmbitos da vida societária e nacional - assistimos a forma de se gestar escolas/universidades autônomas, com características e apoios diversos, nas quais as comunidades e o povos assumem a reponsabilidade e o controle de seus interesses e destinos.

A pesquisa demonstrou que no meio universitário muito preconceito ainda existe. O principal deles é a ideia de que os povos indígenas representam um empecilho ao desenvolvimento do país. Por outro lado, os estudantes indígenas acreditam estar

contribuindo para mudar os dados com relação ao pequeno número de indígenas no Ensino Superior no Brasil. Nota-se que os estudantes, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, e o fato de muitos deles terem de sair de suas aldeias a fim de cursar o ensino superior, estão muito felizes com a oportunidade e o estudo é motivo de orgulho para eles e para suas comunidades.

A universidade é percebida como um lugar estratégico para obter conhecimentos fundamentais, que revertam para a defesa dos direitos indígenas, para a gestão dos territórios, fortalecimento das organizações, formulação de políticas públicas; enfim, para a concretização da autonomia dos povos indígenas. Estar no Ensino Superior é um sonho de muitos indígenas; isto requer força de vontade e determinação para não desistir perante as dificuldades. Ao mesmo tempo em que estão se preparando para a autodefesa e a afirmação dos seus direitos na sociedade contemporânea, estão deixando de ser meros objetos de curiosidade intelectual para se transformarem em beneficiários e coparticipantes da soma de conhecimentos que, sobre eles, acumulou a sociedade nacional.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do. (2010). *As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos* (Tese de Doutorado em educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

ANGNES ET AL. (2014). *Permanência na Universidade: o que dizem os estudantes indígenas da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná*. Hólos, Ano 30, Vol. 6.

ANDRE, Marli E.D.A. *Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso*. LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986 (p.11-24).

BRAND, Antonio J., Valéria A. M. de Oliveira Calderoni (2012). Povos indígenas, conhecimentos tradicionais e diálogo de saberes nas instituições de educação superior: desafios para uns e outros. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*. Campo Grande, MS, n. 34, p. 179-188, jul./dez.

BANIWA. Gersem S. Luciano (2010) *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: LACED/Museu Nacional.

CATAFESTO DE SOUZA, José Otávio (2013). *Perspectivas ameríndias integradas ao universo acadêmico: o lugar dos indígenas na transformação polifônica da estrutura de ensino superior no Brasil*. In M.A. Bergamaschi, E. Nabarro, A. Benites. *Estudantes Indígenas no Ensino*

Superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS (p.113-127). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (1998) (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula; Nunes, João Arriscado (2005). Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In B. de S. Santos (Org.). *Semear Outras Soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais* (p.21-45). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira e Ministério da Cultura.

SILVA, Z. L. (2005). *Educação escolar indígena: por quê? e para quê?* (Monografia de conclusão de Curso). Graduação em Pedagogia. Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos e Barroso-Hoffmann, Maria (2007) (Org.) *Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil*. Políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados. (p. 5-24). Rio de Janeiro, Laced – Museu Nacional.

WALSH, Catherine (2007). Interculturalidad y colonialidad del poder. Um pensamiento y posicionamiento “outro” desde la diferencia colonial. In S. Gomez, R. Grosfoguel, Ramón (Org.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (p. 47-62). Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Universidad Central/Pontificia Universidad Javeriana.

(Recebido em outubro de 2017; aceito em dezembro de 2017)